



Rua Governador Irineu Bornhausen Nº50
Fone: (0XX48) 3255-3098 / 99977-2157 / 99648-7223
Email: locadorabr01@gmail.com
humbertolocadorabr@gmail.com
CNPJ: 17.153.227/0001-70 - Insc. Estadual: 256.886.890
CEP: 88780-000 - Imbituba - Santa Catarina

Nº 105

Fatura Locação de Bens Móveis

CLIENTE:

Nome/Razão Social: GEOVANIA DE SÁ RODRIGUES
CPF/CNPJ: 810.959.109-49
Câmara dos Deputados, Anexo IV, Gabinete 606 - Brasília/DF
CEP: 70160-900

DESCRIÇÃO DO OBJETO:

Locação mensal de 01 (um) veículo executivo, marca/modelo, Ford/Fusion TITANIUM 2.0 Automático placas MMM-6978 para atender as necessidades do gab. da Deputada Federal Geovania de Sá Rodrigues
Dados para pagamento: Caixa Econômica Federal: AG 1075 Op 003 CC 2345-7 ou
Banco do Brasil AG 1408-7 CC 23089-8.
Referência: MAIO/2018
PAGAMENTO A VISTA.

.....
.....
.....
.....Imbituba, 29 de Maio de 2018

TOTAL:

R\$ 3.500,00 XXXXXXXXXXXXXXXX

TRÊS MIL E QUINHENTOS REAIS.....

Informa-se que a Lei Complementar Federal nº 116/03, que regulamenta de maneira geral o ISS, não faz menção da locação de bens móveis como atividade passível de tributação pelo citado imposto. No Código Tributário Municipal (Lei Comp. 3019/06) também não há essa mesma menção. Na mesma esteira, o Supremo Tribunal Federal - STF, por meio de Súmula Vinculante nº 31 já manifestou ser inconstitucional a tributação de atividade questionada pelo ISS, in verbis: Súmula Vinculante 31: É inconstitucional a incidência do imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISS sobre operações de locação de bens móveis. Por fim, visando auxiliar o requerente, cita-se que, conforme citado as Solução de Consulta nº 295 Cosit, emitida pela Receita Federal, o auferimento de receitas pelas pessoas jurídicas, quando desobrigadas ou impossibilitadas de emissão de nota fiscal ou documento equivalente, em razão da não autorização para impressão pelo órgão competente, deve ser comprovado com documentos de indiscutível idoneidade e conteúdo esclarecedor das operações a que se refrão, tais como recibos, livros de registros, contratos etc, desde que a lei não imponha forma especial.